



AS RELAÇÕES ARGENTINO- BRASILEIRAS: FATORES IDEOLÓGICOS, ECONÔMICOS E GEOPOLÍTICOS RELEVANTES

Carlos A. Moneta

Tradução de artigo publicado na revista argentina Geopolítica Hacia una Doctrina Nacional, do "Instituto de Estudios Geopolíticos" (Nº 19 - Setembro de 1980).

Pela data de sua publicação original, apresenta um quadro que antecede o atual momento político e econômico brasileiro.

Reflete um ponto-de-vista argentino àquela época e permite avaliar as projeções formuladas pelo autor, em função da evolução da conjuntura nacional conseqüente da transição política em andamento.

A imagem que as fontes de poder da Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai tiverem a respeito dos propósitos brasileiros quanto ao seu papel futuro na sub-região afetará o tom, a forma e a postura de suas espec-

tivas políticas internas. Os aspectos político-ideológicos e o tipo de governo em exercício exercem influência na estratégia geral e nas políticas setoriais que se formulem. Contudo, existe sempre o risco de superestimar os aspectos ideológicos,

preterindo a importância de fatores econômicos e geopolíticos de possível persistência, consideradas as mudanças políticas. Faremos, portanto, uma tentativa de análise, levando em conta esses dois fatores em relação aos elementos que influem nas relações entre o Brasil e a Argentina.

TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DE INTERAÇÃO – BRASIL, ARGENTINA E OS PAÍSES DO CONE SUL

Existem tendências históricas, bem conhecidas, de competição e conflito entre as duas maiores potências da região, Argentina e Brasil, pela influência política e econômica sobre parte das áreas atlântica e central do Cone Sul Latino-americano.

A rivalidade pelo lucro conseqüente de uma presença política e econômica predominante em relação a seus vizinhos – Uruguai, Paraguai e Bolívia – continuou até o presente, com suas altas e baixas, em ambas as partes, mas com uma vantagem para a Argentina, em termos de predomínio, até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial.¹

A rivalidade baseou-se primordialmente em fatores econômicos (vínculos entre as economias da Bolívia, Paraguai e Uruguai com os centros econômicos da Argentina e do Brasil),

como também políticos (liderança) e geopolíticos (esforços argentinos para consolidar os sistemas, ferroviário e fluvial, de transporte de produtos com esses países, e propósitos brasileiros de desviar tal tráfego para o seu território; resistência à expansão das fronteiras brasileiras;² função dos referidos países como estados-tampões e como áreas de influência).

As relações brasileiras com o Chile têm sido bastante cordiais, dirigidas, essencialmente, pela conveniência mútua de criarem eixo compensador em relação à Argentina, em função da gerência de problemas limítrofes que saturaram fortemente a interação argentino-chilena até hoje. Por último, devemos apontar dois pólos históricos de conflito, não menos importantes na participação da dinâmica geopolítica do subsistema: a tendência de cooperação argentino-peruana (em face da perda de territórios sofrida pelo Peru e Bolívia para o Chile, na Guerra do Pacífico, de 1879) e um vínculo mais flexível e, às vezes, restrito entre Argentina, Bolívia e Peru. Ainda que o Brasil não estivesse diretamente comprometido nos conflitos do Pacífico e do Pacífico-Atlântico, desempenhou um papel diplomático e político importante, como vizinho atento e capaz, tanto de exercer funções de amável árbitro, como também de atuar como fator decisivo em qualquer posição de equilíbrio de forças.

Argentina e Brasil têm praticado, até o presente, uma polí-

tica de "balanço de forças" que, em menor escala, se assemelha à interação EUA-URSS combinada com as estratégias prevalentes na sub-região, e que recorda o modelo de equilíbrio europeu do século XIX. Ambos têm tratado de assegurar apoios externos para incrementar suas respectivas posições na região, em particular dos EUA. Também têm feito uso de sua preeminência na América Latina, para lograr influência e prestígio ultra-regional.

RELAÇÕES COM OS EUA

Esses modelos predominantes de interação devem completar-se com a inclusão das relações dos dois países com os EUA. Suas posições relativas vêm mudando, de acordo com o caráter da coligação de poder interno dominante em cada um deles e a situação regional e internacional, que varia, desde propósitos de adoção de uma política mais autônoma com relação às superpotências,³ à concorrência visando a obter favores dos EUA, em termos de comércio, investimentos, empréstimos, transferência de tecnologia e ajuda militar.

Como resultado geral, é possível apontar que houve uma tendência geral de competição entre Brasil e Argentina — com curtos períodos de exceção — para a conquista de uma posição privilegiada diante dos EUA. Essa situação não os privou de exercer ações seletivas e limi-

tadas de desafio a esse país, utilizadas, também, para fortalecer suas lideranças latino-americanas.

No presente, ambos os países têm incrementado, significativamente, sua autonomia em relação aos EUA (considerado como governo), tanto quanto têm aumentado sua dependência econômica frente às companhias transnacionais. Nesses aspectos, a Argentina tem sido o desafiante mais ativo, ganhando assim o respaldo dos países da região, mas perdendo (para desconsoho de alguns poderosos grupos internos) a possibilidade de obter apoio substancial e contínuo por parte dos EUA, como também das transnacionais.

As estreitas relações brasileiras com os EUA, em conexão com o modelo de capitalismo associado que o regime militar de 1964 adotou, colaboraram, em grande parte, para criar uma imagem de um ator imperialista na região.⁴ Esse feito, junto à crescente influência econômica que o Brasil iria adquirindo sobre a maioria dos seus vizinhos, além da presença, nesse país, de uma corrente cujo pensamento geopolítico defende uma política de "grande potência" e "desenvolvimento separado,"⁵ provocou, compreensivelmente, amplas suspeitas nos países hispano-americanos. Uma grande parte dos grupos dominantes brasileiros sentirá que o Brasil está sendo isolado⁶ por uma campanha de envolvimento con-

duzida pela Argentina. De outra parte, as nações hispano-americanas, especialmente o Cone Sul e a Venezuela, sentirão receios diante de uma hegemonia brasileira,⁷ avocando-se a programação de políticas tendentes a lograr alguma espécie de situação mais equilibrada.

O BRASIL E O CONE SUL NOS ANOS 70

Algum comentário a respeito da abertura das economias latino-americanas e os novos modelos de inserção no sistema mundial merece ser feito.

Durante as últimas décadas, ocorreram importantes mudanças na América Latina. Os processos de modernização, com ênfase em um estilo imitativo de desenvolvimento, extraído de modelos econômicos e estilos de vida dos países ocidentais industrializados, procriaram benefícios e problemas, desequilibradamente repartidos entre os países e suas sociedades.

As novas estratégias de desenvolvimento, que adquiriram importância em meados dos anos 70, basearam-se em um modelo de abertura da economia a forças externas, conjuntamente com a transnacionalização do mercado interno. A internacionalização do capital foi seguida pela internacionalização do processo de produção.⁸ Esse ponto significaria uma redefinição da divisão mundial do trabalho, permitindo a transferên-

cia de setores da produção industrial para países em desenvolvimento. Aqueles que oferecem condições favoráveis (força de trabalho, matéria-prima, alto rendimento de investimentos), como o Brasil; foram capazes de beneficiar-se mais, chegando a um crescimento importante, transformando-se em exportadores de alguns produtos elaborados, expandindo e diversificando seus mercados exteriores.

Porém, esses novos modelos de inserção na economia mundial, com ênfase na concentração no setor externo (exportação e importação, financiamento, tecnologia, forte participação das transnacionais) e em um mercado interno orientado, principalmente, para artigos sofisticados, dirigidos aos setores de melhores posses da população, afetaram profundamente a estrutura sócio-econômica e política desses países, como também suas necessidades econômicas, em termos de política externa.

Para os fins deste ensaio, derivam, desse processo, duas importantes consequências: a) emerge uma estrutura modificada nas relações entre os países da região, em face dos novos esquemas político-econômicos, cooperativos e conflitantes (a Calha do Rio da Prata, o Acordo de Cartagena, o Pacto Amazônico), à diversificação de mercados fora da região, e às novas necessidades e capacitações dos países de maior expressão, o que, na prática, significa uma diferente estratifi-

cação nas relações internacionais do Cone Sul; b) face aos aspectos político-econômicos dos regimes no poder e a natureza dinâmica dos processos internos, inter-regionais e internacionais, será necessário examinar alguns cenários de possível evolução relativos ao Brasil, para considerar-se como seria percebido o futuro rumo desse país, consoante os diferentes grupos de domínio político no poder.

A CONFIGURAÇÃO DA ESTRATIFICAÇÃO INTERNA DO CONE SUL

Com independência das variáveis utilizadas para medir a posição relativa da estratificação interna dos países do Cone Sul, é possível verificar a existência de diferentes níveis de viabilidade nacional como entidades autônomas relativas, como, também, as grandes heterogeneidades no grau de poder e influência que são capazes de exercer.

Essa situação surge de seus modelos históricos de desenvolvimento, das desigualdades na posse dos recursos e da eficiência política para converter as diferentes necessidades em um coerente programa de ação.

Se examinarmos o Cone Sul desde meados dos anos sessenta até hoje, é possível identificar algumas das maiores alterações na distribuição do poder e de influência que se tem levado

a cabo. O crescimento assimétrico significou, entre outras coisas, um realinhamento dos interesses econômicos e o surgimento de novas necessidades, acopladas a crescentes desigualdades na capacidade total dos países maiores – Argentina e Brasil – para projetarem-se na sub-região, de modo a satisfazerem seus objetivos políticos, econômicos e de segurança.

Por conseguinte, todos os países da sub-região se fazem mais relevantes para o Brasil como mercado para suas manufaturas e capacidades tecnológicas de recente aquisição, e como provedores de matéria-prima.

Como resultado dos importantes investimentos realizados na Bolívia, Uruguai e Paraguai, em termos de aplicação de capitais, ajuda, criação de infraestrutura, projetos conjuntos, comunicações e intercâmbio, o Brasil conseguiu alterar o equilíbrio com a Argentina.

A instabilidade política na Argentina, conjuntamente com um crescimento irregular, mudanças freqüentes nas políticas adotadas pelos diferentes governos em relação aos estados vizinhos, e o conflito sulino com o Chile facilitaram grandemente essa alteração durante o período. Além disso, as relações políticas e econômicas brasileiras com o Chile se consolidaram após a queda de Allende. Os avanços feitos pelo Brasil para a ocupação interna de seus territórios amazônicos e a constru-

ção de um sistema de rodovias geopoliticamente bem planejado, para conectar suas fronteiras orientais e ocidentais, contribuíram para superar as barreiras geográficas com o Peru. O interesse no desenvolvimento dos campos petrolíferos e outros recursos, e as mudanças políticas ocorridas depois do primeiro período da revolução militar peruana, começaram a superar parte dos obstáculos políticos existentes aproximando ambos os governos um pouco mais, após um período de relações formalmente corretas, ainda que distantes.

Simultaneamente, as relações assimétricas com a Bolívia, Paraguai e Uruguai atraíram a ameaça de uma dependência crescente desses países em relação ao Brasil e à Argentina, mas, também, a possibilidade de uma melhor posição negociadora, um pouco mais de espaço de manobra frente às maiores potências da região, em relação à exploração de recursos críticos. Tais complexidades foram aproveitadas pelo Paraguai, na Calha do Prata, e pela Bolívia, quanto a energia e ferro.

Além dos vínculos econômicos que reforçaram a influência anterior do Brasil na sub-região, restringindo os da Argentina, os modelos político-econômicos dessas duas nações afetaram os eventos políticos no Chile, no Uruguai e, em menor escala, na Bolívia. Os regimes militares que tomaram o poder em começo

dos anos 70 foram influenciados pelo modelo brasileiro estabelecido em 1964. Também dispensaram suma atenção ao regime militar que derrubou a presidente Isabel Perón na Argentina de 1976, e não somente por razões de segurança (elaboração da doutrina de segurança nacional). Esses modelos proclamavam — e os brasileiros o lograram em alto grau — o tipo de crescimento econômico que, de acordo com o mercado de referência dos grupos econômicos internos no exercício do poder, puderam ser considerados exitosos. Ainda que as diferenças no grau de orientação da participação estatal (no Brasil conduz a um papel mais autônomo do país em geral, e a uma maior capacidade de exercer controle sobre a política econômica, enquanto que, no Uruguai e Chile, estão dando menos espaço para toda autonomia futura ou mais liberalmente orientada), todos esses modelos compartilham os aspectos de abertura e transnacionalização já comentados.

Como resumo do começo dos anos 80, o balanço instável de poder entre o Brasil e a Argentina, os únicos dois países que possuem certa capacidade de viabilidade individual no sistema internacional,¹⁰ e que competem, também, pela preeminência na sub-região, se inclina para o Brasil. Ambos foram capazes de projetar, em diferentes graus, seus modelos ideológicos, políticos e econômicos no Chile, Bolívia e Uruguai, mas o

Brasil triunfou ao expandir sua influência econômica em grande medida sobre essas nações. Enquanto a Argentina envida esforços para recuperar sua influência em nível regional, o Brasil cruzou os limites do subsistema, em busca de um status de grande potência (de segundo grau) e estende sua influência a outras regiões e setores.¹¹ Portanto, o futuro do papel brasileiro em todos os seus azimutes; os limites e possibilidades expostos por um modelo de "nacionalismo pragmático", um nacionalismo de fins, não de meios; o futuro papel do Brasil nos assuntos sub-regionais e, principalmente, o impacto da evolução da situação brasileira, no que respeita a cada um desses países e as políticas que devem ser seguidas para conter, apaziguar ou cooperar com o Brasil, são parte das principais inquietações dos grupos militares, políticos e econômicos predominantes de Buenos Aires, Santiago, Lima, La Paz, Assunção e Montevidéu.

O BRASIL NA DÉCADA DOS OITENTA E DEPOIS: OS CENÁRIOS PRINCIPAIS

Sem tratar de especular sobre quais seriam os mais prováveis resultados do atual processo político do Brasil,¹² é, não obstante, necessário considerar ao menos as principais orientações possíveis. Será dentro desse contexto que se estabelecerá a preeminência ou hege-

monia de um dos maiores setores políticos do país¹³ e serão formuladas as metas da política exterior.

O primeiro cenário é uma espécie de democracia liberal clássica. Ele pressupõe que a presente trajetória de liberalização política continue e chegue rapidamente ao fim, com a eleição de um regime multipartidário democrático civil, perdendo força e relevância os aspectos agressivos da estratégia geopolítica brasileira e a mística do "anticomunismo". Não obstante, a política econômica brasileira conservará a maioria do seu impulso anterior e continuará a expansão econômica continental. A multinacionalização das empresas estatais (PETROBRÁS, por exemplo) provavelmente continuará em toda a América Latina, especialmente na exportação de serviços financeiros e tecnológicos.

Uma versão diferente poderia ser um resultado populista-democrático. Esse cenário implica em mudanças na política econômica que, agora, deve reforçar o capital brasileiro contra os transnacionais e abastecer um mercado interno mais amplo. Provavelmente, as exportações irão perder parte de sua atual importância, posto que a estratégia de substituição das importações adquiriria novo impulso. Não obstante, como no caso anterior, a necessidade de manter um ingresso de bens de capital e a pressão da dívida externa requererão sustentar cer-

tos níveis de exportação e, assim, o mercado latino-americano manterá sua importância, especialmente porque é muito possível que os mercados extra-regionais apresentarão restrições, em face dos problemas de adaptação da economia brasileira, como também de um severo protecionismo por parte dos países desenvolvidos¹⁴ e de conflitos com as transnacionais, em face das novas políticas adotadas. As tentativas de uma integração latino-americana terão uma melhor recepção por parte do Brasil, mas as presentes tendências de liberalismo e aproximações setoriais provavelmente prevalecerão, porquanto se adaptam melhor aos interesses brasileiros.

O cenário tecnocrático-militar representa um retrocesso da gradual abertura presente para a democratização. O regime militar permanece, formal ou informalmente, no controle do Brasil, conservando a antiga visão geopolítica e uma política agressiva de expansionismo econômico. O modelo econômico continuará como está, reforçando os efeitos do modelo geopolítico, com o qual interatua. O resultado seria a afirmação de um papel de "atitude dominante" (agora diversificada, porquanto as "relações especiais" se desenrolam tanto com o Japão, como com a Europa Ocidental) dirigido para uma maior penetração econômica nas economias dos países vizinhos (especialmente Bolívia,

Paraguai e Uruguai), parcial ou totalmente.

O terceiro cenário (grupos progressistas formando o governo) será comentado sucintamente, posto que é muito improvável em um futuro próximo, dado, entre outros fatores, a atual estrutura dos sistemas político e econômico, ao alinhamento de poderes políticos existentes e à resistência dos poderes internos e externos com os quais se enfrenta.¹⁵ Essa alternativa poderia introduzir alterações muito importantes na região em conjunto, porquanto uma alteração tão drástica poria à prova a tese de que a expansão econômica do Brasil é uma função, de certa ordem, político-econômica. Poderia esperar-se um grande compromisso do Brasil pela causa do Terceiro Mundo, como, também, um estímulo aos regimes democráticos e ainda progressistas nos países conflitantes. Uma atitude cooperativa mais geral poderia substituir a preeminência econômica com alguns países, mantendo o poder econômico para ser utilizado como recurso político contra aqueles regimes considerados inconvenientes.

Voltando aos cenários anteriores, é possível perceber que os fatores econômicos podem impor limites importantes ao grau em que as opções políticas possam ser postas em execução. Em todos os casos, os interesses do Brasil requererão a manutenção de relações econômicas de importância com os

países vizinhos. O problema — como também a oportunidade política para a alteração da tendência dos anos 70 — reside precisamente neste fato: a natureza política dessas alterações. O Brasil requer a contribuição da América Latina, através da presente estratificação, para chegar a grande potência (posto que um gradual escalonamento exigirá obter, em primeiro lugar, o status de primeiro ator regional e obter, aí, seu apoio) ou lograr uma liderança no consenso das nações em desenvolvimento para uma alteração da ordem presente. A natureza de “classe média” do Brasil¹⁶ na sociedade mundial de nações impulsionou o regime militar a adotar uma política ambígua, mostrando sua posição terceiromundista ou uma espécie de potência “emergente”, segundo a audiência e os objetivos em jogo. A orientação político-ideológica de um regime futuro poderia injetar um novo significado nessas restrições econômicas, de acordo com sua escala de valores. Se a “autonomia” prevalece, poderia então esperar-se uma forma mais extensa, e de cooperação mais aberta, em suas relações com a Argentina e/ou com os países menores e médios da sub-região.

Se a orientação política privilegiar a continuação de um rumo racional autoconsciente, através de uma forma mais dependente, as relações com o maior oponente no Cone Sul requererão uma espécie de alian-

ça setorial seletiva (contendo dessemelhanças) e a continuação da tendência prévia de competição pela obtenção de “relações especiais” (de uma maneira mais sofisticada) com os EUA e outras potências industrializadas.¹⁷ Como assinala, adequadamente, Jaguaribe, isso significa a perda de, talvez, uma única oportunidade de lograr uma autonomia latino-americana mais individual, como também mais coletiva, e um poder de negociação frente aos EUA e outras nações desenvolvidas.¹⁸ Com respeito aos demais estados do Cone Sul, não se apresenta, no momento, uma oportunidade adequada para a instauração de uma mudança, seguindo as regras presentes.

Os problemas aqui mencionados, como também suas soluções possíveis, são o material básico a ser levado em conta pelos governos e grupos dominantes no poder nos países do Cone Sul. As percepções do papel brasileiro no futuro estarão ligadas a uma avaliação subjetiva, de acordo com os benefícios e perdas concretos que, em condições específicas, sejam obtidas por parte dos fatores sócio-econômicos e políticos comprometidos. Portanto, a legitimação ou a recusa social das atividades brasileiras em relação à Argentina e o resto dos países do Cone Sul, por suas elites internas e pela opinião pública, dependerá, em grande parte, dos resultados econômicos e políticos alcançados.¹⁹

AS RELAÇÕES ARGENTINO-BRASILEIRAS: CONCLUSÕES

As relações entre esses dois países poderiam ser previstas como uma projeção das tendências prevalentes nas últimas décadas (uma interação "conflitivo-cooperativa") elaboradas sobre bases competitivas ou como propósito para lograr uma posição mais autônoma no mundo, através do recurso a uma colaboração mais decisiva e profunda.

Para fazê-lo possível, toda intenção de incrementar a cooperação, em nível substancial até a última meta, deverá guiar-se por requisitos objetivos, específicos, concretos e altamente operativos. As prevenções internas existentes, já subjetivamente saturadas, conjuntamente com fontes reais, e criadas por concorrências e contradições estruturais, são mais que suficientes para bloquear toda possibilidade de êxito que não se baseie em evitar as determinantes ideológicas dos modelos sócio-políticos e econômicos. Deverá aplicar-se um cuidadoso filtro, separando as exigências concretas dos interesses a longo prazo no tratamento com o presente estado de coisas no sistema internacional, das percepções e exigências estereotipadas e parciais. Uma forma de tratar os objetivos de grande relevância consiste em trabalhar a médio prazo, através de políticas seto-

riais *ad hoc*, capazes de levar em conta as vantagens mútuas, sem procurar alcançar um acordo geral relacionado às suas premissas básicas. Ele oferece boas oportunidades para afiançar cooperação. Entretanto, deverá fazer-se possível a posse da necessária harmonia entre as exigências democráticas participativas, ansiadas a nível mundial, e as mudanças internas necessárias para adquirir uma coerência global, externa, entre o comportamento interno e o internacional.

NOTAS

1. Ver MONETA, C.: "La Política Exterior del Brasil". Em *De la Dependencia a la Liberación: La Política Exterior de América Latina*, Ed. por J.C. Puig et al. (Bs. As. Argentina, Pleamar, 1973); ETCHEPAREBORDA, R.: *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas* (Bs. As. Argentina, Pleamar, 1978); QUAGLITTI DE BELLIS: *Uruguay en el Cono Sur: destino geopolítico* (Bs. As. Argentina, Tierra Nueva, 1976).
2. Com referência à expansão e consolidação das fronteiras brasileiras entre outras obras: RODRIGUEZ J., Honorio: "Las Bases de la Política Exterior de Brasil", *Internacional Affairs*, Julho (1962); BARÃO DO RIO BRANCO, *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* (Rio de Janeiro, Brasil, 1920) Anexo A, pp 5-6; BURNS, B.B., *Nationalism in Brazil: A historical survey* (N. York, EUA, Praeger, 1968); GUMUCIO, M. B.: *Historia Contemporánea de Bolivia, 1930-1978* (2ª Parte) (La Paz, Bolivia, Gisber & Cia, 1978).
3. MONETA, C.: "Las Relaciones Bilaterales de Argentina y Brasil" (Lecture, *Seminars The Plata Basin*, Instituto de Ciencias Políticas, Universidad Nacional de Mendoza, Argentina, 1975). Ver PÉREZ LLANA, C.: "Argentina y la Integración", *Revista*

- Argentina de Relações Internacionais (Buenos Aires, Argentina, CEINAR, 1975). MONETA, C.: "Las Relaciones Bilaterales de Argentina y Brasil".
4. Para uma interpretação do processo brasileiro como "subimperialismo", ver: MARINI R., Mauro: "Nuevo patrón de las relaciones entre las naciones em desarrollo y de las grandes potencias: el caso de Brasil" (Paper, Mexico City, Mexico, UNAM, 1976); DO SANTOS, Theotônio: "The Crisis of the Brazilian Miracle" (Brazilian Studies, Latin America Research Unit, Toronto, Canadá, 1977).
 5. Há muitas obras relativas ao status de grande potência que o Brasil procura. Para um bom resumo dos diferentes conceitos sobre o papel do Brasil no mundo apresentado pelos militares, ver BRIGAGAO, C.: "Brazilian Foreign Policy: the last fifteen years" (Stockhol, Research Paper Series, Institute of Latin American Studies (1978); GUAGLIOTTI DE BELLIS, B.: Uruguai en el Cono Sur: destino geopolítico.
 6. Ver o *Jornal do Brasil*, editorial e artigos entre 13 e 23 de março, 1973; Estado, ed. ("Para onde vai Argentina?"), 27 de janeiro de 1970 e o informe de STANLEY HILTON: "The Brazilian - Argentine Relationship: The Brazilian View" (Seminar on Relations Between Brazil and Argentine, John Hopkins University, Center for Brazilian Studies, Washington, DC, 1978). Há uma tradução espanhola de MONETA C. editada em *Geopolítica y Estrategia del Atlántico Sur* (Bs. As. Argentina, Pleamar, 1980).
 7. Os exemplos, nos diários argentinos, são demasiado numerosos para serem mencionados: *La Opinion*, um diário de Buenos Aires é, talvez, o mais representativo nessa linha de pensamento. Com relação às revistas especializadas, *Estrategia* está sempre enfocada nos problemas geopolíticos do Cone Sul. Uma análise das percepções argentinas sobre o Brasil está apresentada por TULCHIN J.: "The Argentina-Brazilian Relationship: An Argentine View" (Seminar on Relations Between Brazil and Argentina, J. H. University, Center for Brazilian Studies, Washington, DC, 1978). Há uma tradução espanhola de MONETA, C. em *Geopolítica y Estrategia del Atlántico Sur*.
 8. Ver *Latin America and the New International Development Strategy: Goals and objectives* (Santiago, Chile, ECLA, Doc E/CEPAL/L. 210, dezembro de 1979) ch I.
 9. Ver JAGUARIBE, H.: "El Brasil y la America Latina", Santiago, Chile, Estudios Internacionales N° 29, 1975), pp. 11-115; *Political Development* (N.Y., EUA, Harper & Row, 1973), ch. 19; LAGOS, G. e Van KLAVEREN, A.: "Las Relaciones Interamericanas en una Perspectiva Global" (Santiago de Chile, Estudios Internacionales, Universidade Nacional do Chile, 1979).
 10. Ver JAGUARIBE, H.: "El Brasil y la America Latina".
 11. Ver LAGOS, G. E Van KLAVEREN: "Las Relaciones Interamericanas, p 406.
 12. Existem muitos trabalhos que especulam a respeito do futuro desenvolvimento do Brasil. Ver, por exemplo, SINGER, P.: "O que é Socialismo"; RIEZNICK, P.: "Evolução da Estrutura Social Brasileira" (São Paulo, Brasil, CEBRAP).
 13. De modo simples e rudimentar, é possível considerar os poderes político-econômicos brasileiros organizados em setores de "direita", "centro" e "esquerda". Como "direita" devemos incluir o grupo, ou grupos, que detêm o poder presentemente (monopólio de capital, multinacionais e setores de capital privado brasileiro, militares, tecnocratas); "centro" será a atual oposição política (sindicatos, intelectuais, partidos políticos e grupos militares, parte do monopólio de capital e um crescente segmento do capital competitivo, trabalhadores industriais). A "esquerda" poderia ser representada por uma aliança de vários movimentos políticos de diferentes tipos, uniões de trabalhadores e intelectuais. Essa classificação pode ajudar a mostrar até que ponto diferentes combinações de estrutura de poder e hegemonia social podem alterar o caminho futuro do Brasil. Baseia-se na análise dos meios de comunicação de massas e manifestações feitas por

diferentes grupos políticos e líderes de opinião, dado que – segundo o presente estado de grande movimento – não é possível ir além da identificação das principais correntes políticas. (Ver SINGER, P.: *Evolução da Estrutura Social Brasileira.*)

14. Ver "Economic and Social Development and External Economic Relation of Latin America" Vol II (Santiago, Chile, Doc. E/CEPAL/1061/Add I, fevereiro 1979), ch. II.
15. Para uma avaliação pessimista das possibilidades de uma mudança social e política no Brasil, ver, entre outros: ROETT, R.: *Brazil: La Política en una Sociedad Patrimonial* (Boston, EUA, Allin & Bacon, 1972) capítulo último e conclusões: "The Brazilian Military and the Expansion of State Power: Implications for Social Change", Informe, mimeo, (Washington DC, John Hopkins University, sem data). Um ponto diferente, enfatizando as oportunidades para a mudança, emerge das declarações feitas por diferentes líderes políticos que retomam do exílio (Exemplo: Leonel Brizola) e intelectuais comprometidos em atividades político-partidárias (exemplo: Fernando Henrique Cardoso).
16. Ver ORREGO VICUÑA, "Les Alternativas de America Latina como Clase Media de las Naciones", *Estudios Internacionales* (Santiago, Chile, N 40, 1977).
17. Com respeito às tendências de competição argentina com os brasileiros, em sua busca de mercados para investimentos a partir de países estrangeiros, podemos sentir uma espécie de preocupação por parte da Argentina, em face das grande diferenças entre os recursos colocados no Brasil, por países industrializados ocidentais e Japão, e os dirigidos para a Argentina.
18. JAGUARIBE, H.: "El Brasil y la America Latina".
19. MONCADA SANCHEZ, J.: "Integración Andina y Desarrollo Económico: el caso equatoriano" (Caracas, Venezuela, ILDIS, working paper, N. 3, Friederich Elbert Foundation, 1975).
20. JAGUARIBE, H. en Lafer, C. e Peña, F. *Argentina y Brasil en el Sistema de Relaciones Internacionales* (Bs. As. Fichas, Nueva Visión, 1973), Introducción.

CARLOS J. MONETA – Mestre em Relações Internacionais pela Universidade da Pensilvânia. Foi professor da Universidade do Salvador, Argentina, Universidade Nacional Autónoma do México e na Universidade da Califórnia. Pesquisador do Instituto de Capacitação e Pesquisa das Nações Unidas (UNITAR). Autor de "Geopolítica e Política de Poder no Atlântico Sul" (1983), "Política Econômica dos Estados Unidos na América Latina" (1984), "O Japão no Sistema Internacional do Futuro – Situação e Perspectivas" (1986), "A Política Exterior do Brasil", "O Pluralismo na América Latina" e "A Antártida Argentina: 1900-1975":
